



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008683-67.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **'Banco do Brasil S/A**  
 Requerido: **Zaccarelli e Zaccarelli Construções Ltda Epp e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Banco do Brasil S/A move ação monitória contra Zaccarelli Zaccarelli Constr Ltda EPP, Auber Antonio Zaccarelli e Eliade Canossa Zaccarelli, objetivando a condenação destes ao pagamento de R\$ 129.430,32, saldo devedor oriundo de contrato de abertura de crédito rotativo.

Embargos monitórios oferecidos, com preliminar de ausência de interesse processual e de 'carência da ação'. Quanto ao mérito, alegam os réus que a dívida foi quitada e, subsidiariamente, a abusividade na taxa de juros contratada, a abusividade na capitalização dos juros.

Sobre os embargos manifestou-se o autor.

Pela decisão de folhas 190/191, foi concedido ao autor o prazo de 01 mês para trazer aos autos (a) extratos da conta bancária em que efetivados os lançamentos relativos à execução do contrato de abertura de crédito, alcançando o período entre a celebração do contrato e a propositura da ação (b) os instrumentos pelos quais houve a utilização do crédito concedido pelo contrato de abertura de crédito, não só para comprovar as operações mas também para comprovar os próprios juros e outros encargos convencionados.

O autor juntou os extratos da conta, mas não os instrumentos pelos quais houve a utilização do crédito concedido, razão pela qual foi renovado o prazo para tal fim, folhas 468 e 472.

O autor juntou documentos, sobre os quais manifestaram-se os réus.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Afasto a preliminar de ausência de interesse processual porquanto a quitação comprovada pelos embargantes não diz respeito ao contrato ora em exame, fato bem demonstrado pelo embargos às folhas 175.

Afasto também a preliminar de 'carência de ação' porque todas as condições da ação estão presentes, inclusive da ação monitória, ante a junta aos autos dos extratos da conta corrente e documentos de folhas 476/481.

Os instrumentos de folhas 63/80, 85/87 e 88/91 comprovam a contratação de abertura de crédito rotativo com aditamentos posteriores, que respalda as operações financeiras propriamente ditas, as quais, conforme indicados na planilha de cálculo de folhas 81/84, ocorreram em (a) 23.12.2014, no valor de R\$ 170.000,00 (b) 04.03.2015, no valor de R\$ 50.666,66 (c) 31.07.2015, no valor de R\$ 8.314,79 (d) 30.12.2015, no valor de R\$ 1.385,76 (e) 02.03.2016, no valor de R\$ 1.385,76.

Examinado o extrato que aportou aos autos às folhas 196/467, encontramos a prova documental das operações financeiras acima indicadas, em especial às folhas 334, 342, 368, 396, e 407; assim também temos a referida prova nos documentos que vieram às folhas 476/481.

O fato de terem sido liberados os valores na conta bancária da empresa ré, sem que tenha havido por parte desta qualquer impugnação à vantagem recebida, mostra, segundo as regras da experiência, que etivamente houve ato voluntário pela realização da operação financeira.

Sendo assim, e como não se tem prova do pagamento desses débitos, forçosa é a condenação dos réus, de forma solidária (como prevê o contrato), ao cumprimento da obrigação.

No mais, em prosseguimento à análise dos pontos controvertidos, alegam os réus a existência de abusividade na taxa de juros contratada, a abusividade na capitalização dos juros.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Quanto à taxa de juros, forçoso reconhecer que a instituição financeira autora, por não ter apresentado nos autos os documentos indicados no item 'b' de folhas 190/191, não comprovou a taxa de juros que foi contratada em cada operação de utilização do crédito.

Sem embargo, nessa hipótese a solução dada pelo Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 530, é a aplicação da taxa média de mercado, e outra não foi a taxa aplicada pelo próprio autor ao mover a ação, como vemos à folha 81, à qual me reporto.

Confira-se o teor do enunciado sumular: "Nos contratos bancários, na impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada - por ausência de pactuação ou pela falta de juntada do instrumento aos autos -, aplica-se a taxa média de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor."

Nesse sentido, não é possível sustentar a abusividade dos juros aplicados se eles correspondem aos índices aplicáveis conforme orientação da própria jurisprudência para a hipótese.

Em relação à capitalização, sem razão os embargantes, porque os juros podem ser capitalizados nos contratos celebrados após 31.03.2000, se houver previsão contratual. Isto decorre da edição da MP nº 1.963-17/2000, atual MP nº 2.170-36/2001, que permitem a capitalização. O STJ vem aplicando e reconhecendo a validade dessas medidas provisórias (AgRg no REsp 908.910/MS; REsp 697.379/RS; AgRg no REsp 874.634/RS), e o STF, em 04/02/2015, no REExt 592.377/RS, julgou constitucional as MPs, em recurso com repercussão geral reconhecida. Por fim, o STJ editou a Súm. 539, *in verbis*: "é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

Como nenhuma outra abusividade foi alegada, deixo de tomar conhecimento de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

eventuais que houvesse no contrato celebrado, nos termos da Súm. 381 do STJ: "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas."

Por fim, com a judicialização, já não mais se cogita da incidência de qualquer outro encargo se não a atualização e os juros legais.

Julgo procedente a ação monitória, rejeitados os embargos, para condenar os réus, solidariamente, a pagarem ao autor R\$ 129.430,32, com atualização monetária pela Tabela do TJSP e juros de 1% ao mês, ambos desde a propositura da ação, condenando-os, ainda, à razão de 1/3 para cada, nas custas, despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

São Carlos, 02 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**